

# RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PELA PRÁTICA DO BULLYING

## LA RESPONSABILIDAD DE LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS POR EL ACOSO ESCOLAR

**Fernanda De Jesus Costa**  
**Thiago Penido Martins**

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo proceder à análise do relevante fenômeno do bullying, com o intuito de contribuir para o debate acerca da extensão da responsabilidade civil das instituições de ensino e dos pais de alunos, apresentando questionamentos e apontamentos interdisciplinares úteis para a elaboração de soluções juridicamente adequadas e capazes de garantir a necessária proteção às crianças e adolescente contra os atos de bullying, ameaçadores de sua integridade física, psíquica e moral.

**PALAVRAS-CHAVES:** Bullying - crianças e adolescentes - instituições de ensino - pais - responsabilidade civil

### RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo examinar el fenómeno del acoso escolar a fin de contribuir al debate sobre el grado de responsabilidad de las instituciones educativas y los padres de los estudiantes, con preguntas y notas útiles interdisciplinario para la preparación de soluciones jurídicamente adecuadas y capaces de garantizar la protección necesaria para los niños y adolescentes contra el acoso escolar, amenazando con su desarrollo físico, mental y moral.

**PALAVRAS-CLAVE:** acoso escolar - niños y adolescentes - instituciones educativas - padres – responsabilidad

### Introdução

A violência é um mal a ser compreendido a partir de um olhar multifatorial e, dentro desta perspectiva, deve ser analisada por diferentes profissionais, como filósofos, sociólogos, biólogos, psicólogos, cientistas políticos, educadores, juristas e psiquiatras (BOTELHO e SOUZA, 2007).

A agressividade entre jovens, no contexto escolar, constitui problema central de discussão e mobilização da mídia, das autoridades e dos pesquisadores de diversas culturas<sup>[1]</sup>. Além disso, questões relacionadas a violência escolar têm motivado diversas discussões e reflexões de educadores de várias partes do mundo (CHALITA, 2008).

Diversas são as manifestações de violência em ambiente escolar, algumas direcionadas a professores e funcionários, outras, a alunos. No entanto, existe uma forma de violência, normalmente velada, que acontece geralmente entre os próprios alunos (BOTELHO e SOUZA, 2007), a qual tem chamado a atenção por suas conseqüências.

Esse fenômeno social deu origem ao termo *bullying*, o qual, segundo OLWES (1993) é a provocação e ou vitimação de um aluno em razão de sua exposição a ações negativas da parte de uma ou mais pessoas. Para CHALITA (2008), o *bullying* constitui em intencionais e repetitivas atitudes agressivas dentro do ambiente escolar.

De acordo com LISBOA, BRAGA e EBERT (2009) o *bullying* é um fenômeno através do qual uma criança ou um adolescente é sistematicamente exposto a um conjunto de atos agressivos, que acontecem sem motivos aparentes, porém de forma intencional, protagonizados por um ou mais agressores.

Existe uma grande variedade de definições para a palavra *bullying*, mas pode-se afirmar que o termo relaciona-se à exposição repetida a ações propositais que ferem ou prejudicam o indivíduo, caracterizando-se, especialmente, pela disparidade de poder entre os pares, de modo que uma pessoa é dominada por outra. (CALBO, 2009).

O termo abrange todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que acontecem sem qualquer motivo aparente, realizada por um ou mais alunos contra outro(s), gerando angústia e até mesmo dor, sendo realizadas dentro de uma relação assimétrica de poder. Sendo assim, os atos repetidos entre estudantes e o desequilíbrio de poder são aspectos necessários, que tornam possível a intimidação da vítima<sup>[2]</sup>. Para BONFIM (2006), a interação entre os estudantes é caracterizada por uma desigualdade de poder, de modo que aqueles dotados de maior poder provocam intimidação verbal, simbólica e ou física da vítima.

Segundo CLEARY (2002), o *bullying* apresenta, geralmente, cinco características comuns, (1) trata-se de um comportamento premeditado (deliberado) para ofender e machucar; (2) é repetitivo, frequentemente durante um período de tempo; (3) os agredidos têm dificuldade em se defender; (4) para os que agredem, é difícil aprender novos comportamentos socialmente aceitos; e, por último (5) a pessoa que pratica o *bullying* tem e exerce poder de forma inapropriada sobre a vítima.

O termo *bullying* não apresenta tradução literal para a língua portuguesa. A palavra é um verbo derivado do adjetivo inglês *bully*, que significa valentão, tirano. O termo designa o hábito de usar a superioridade física para intimidar, tyrannizar, amedrontar e humilhar outra pessoa. O termo *bullying*, não pode ser reduzir a apenas uma de suas múltiplas maneiras de manifestação, haja vista que, seus atos podem ir muito além de intimidações, manifestando-se, inclusive, mediante agressões físicas.

A terminologia em questão é adotada, em diversos países pelos educadores, para definir a utilização de apelidos maldosos e quaisquer outras formas de atos desumanos empregados para atemorizar, excluir, humilhar, desprezar, ignorar e perseguir os outros. Por não existir equivalência em nossa língua, os estudiosos do tema têm adotado o termo em inglês *bullying*. Na França, a terminologia adotada tem sido *harcèlement quotidien*, na Itália de *prepotenza*, *violenza* ou *bulismo*<sup>[3]</sup>, na Alemanha *agression unter Schüler*, em Portugal *maus-tratos entre pares* e, nos países de língua espanhola, de *acoso escolar*.

O estudo da temática do *bullying* entre pesquisadores, professores e demais profissionais é recente, tendo em vista que muitos destes estudiosos costumavam relacionar este fenômeno a processos naturais, que aconteciam na escola, os quais não davam o devido destaque aos episódios e manifestações de comportamentos agressivos dentro destas instituições (OLWES, 1993). Contudo, em razão do aumento do número de casos e da intensidade das agressões perpetradas no ambiente escolar, o tema adquiriu novos contornos, chamando atenção de diversos estudiosos para o tema.

“Nas escolas, é um fenômeno complexo, muitas vezes banalizado e confundido com agressão e indisciplina. Exige observação atenta e presença constante, pois, normalmente,

as vítimas são aterrorizadas em áreas da escola com pouco ou nenhuma supervisão” (CHALITA, 2008).

Nota-se, portanto, ser recente a preocupação de professores, psicólogos e pais em relação a este fenômeno, já que durante muito tempo foi considerado brincadeira. Dentre os autores que vêm estudando este tipo de relação entre pares, merece destaque OLWES (1993), que iniciou suas pesquisas em 1970, na Noruega. Até então, não havia qualquer interesse das instituições de ensino e da sociedade como um todo sobre o tema.<sup>[4]</sup>

Pode-se supor que ocorreu uma mudança na maneira de analisar essas atitudes agressivas – que sempre existiram, mas que até agora eram ignoradas e/ou negligenciadas – e pesquisadores passaram a encará-la não mais como um fenômeno corriqueiro, normal e inofensivo, mas como um processo que merece ser cuidadosamente observado e investigado, pois implica graves consequências (emocionais e cognitivas) para os envolvidos. (LISBOA, BRAGA e EBERT, 2009).

Por ser um fator de risco para os ambientes escolares, relacionado à violência institucional e social o fenômeno do *bullying* não pode ser confundido e compreendido, como o era até poucos anos, com meras brincadeiras entre crianças e adolescentes, nem mesmo aceito como uma situação natural e corriqueira, inerente ao processo de formação psicossocial de criança e adolescentes.

O *bullying* não escolhe classe social ou econômica, escola privada ou pública, ensino médio ou fundamental, nem mesmo área urbana ou rural (CHALITA, 2008). Ocorre com grupos de crianças e jovens, em qualquer cultura.<sup>[5]</sup> É um problema universal, podendo ser considerado uma epidemia invisível admitida como natural em determinados casos. Essa vitimização não está restrita a determinado nível socioeconômico, tampouco a uma faixa etária específica ou gênero (OLWES, 1993).

O contexto social, de maior *prevalência* do *bullying* é o ambiente escolar, o que não significa que o fenômeno não ocorra em outros contextos. Segundo CHALITA (2008) este tipo de agressão pode acontecer em qualquer outro contexto social, além da escola, onde exista interação entre seres humanos, e cita ainda algumas possibilidades de acordo com dados publicados no Reino Unido, afirmando existir o *bullying* no trabalho, na vizinhança, entre países e até mesmo o militar.<sup>[6]</sup> O *bullying* conforme salientado pode ocorrer em qualquer local e com diversa faixa etária, porém, esta forma de violência pode ser dividida em três categorias básica, de acordo com BONFIM (2006); violência verbal, violência simbólica e por último, a violência física<sup>[7]</sup>.

Na categoria violência verbal estão incluídas as ações de colocar apelidos, ofender, zoar, gozar, perseguir com palavras, sacanear e até mesmo humilhar verbalmente. Na segunda categoria, situam os atos discriminatórios, tais como fazer sofrer, excluir, isolar, ignorar, intimidar com o olhar, perseguir, assediar, aterrorizar, amedrontar, tyrannizar e dominar. E, finalmente, na última categoria, estão inseridas as ações de bater, chutar, empurrar, ferir, cuspir, roubar, quebrar pertences, abusar sexualmente, machucar e até mesmo assassinar<sup>[8]</sup>.

Outros autores, tais como CHALITA (2008) e LISBOA, BRAGA e EBERT (2009), afirmam que o *bullying* pode concretizar-se de forma direta ou indireta, sendo a violência verbal e física exemplos de formas diretas da prática do *bullying*, e a violência simbólica exemplo da forma indireta da prática do *bullying*. A forma direta é mais comum entre os meninos e nesta categoria as atitudes mais freqüentes são os xingamentos, tapas, empurrões, murros, chutes e apelidos ofensivos que acontecem repetitivamente (CHALITA, 2008). O *bullying* direto compreende as agressões físicas e verbais. A forma direta pode se

materializar mediante a prática de atos de agressão física, de abuso sexual, roubo ou deterioração de objetos de outra pessoa, extorsão, insultos, apelidos e comentários racistas (CALBO, 2009).

De acordo com CHALITA (2008), a forma indireta é mais comum no sexo feminino e entre crianças menores, caracterizando-se pela prática de ações que tendem a levar a vítima ao isolamento social. Nesta categoria as estratégias utilizadas são as difamações, boatos cruéis, intrigas e fofocas. Os meios de comunicação, especialmente a internet, são ferramentas eficazes para a categoria indireta. Segundo LISBOA, BRAGA e EBERT (2009), o *bullying* indireto envolve uma forma mais sutil de vitimização, pois engloba atitudes de indiferença, isolamento, exclusão, os quais podem ser muito mais dolorosos para a vítima, que desenvolve sentimentos de segregação e, em muitos dos casos, podem ser fator para o desenvolvimento de depressão. A forma indireta, apesar de não ser um sinônimo, sobrepõe-se ao conceito de *bullying* e agressividade relacional<sup>[9]</sup>.

A maior incidência do fenômeno ocorre ainda tendo os meninos no papel de agressores (NETO, 2005)<sup>[10]</sup>. Porém, é importante ressaltar que a forma indireta, praticada principalmente por meninas, é mais difícil de ser identificada, o que pode justificar estes dados. *“A violência física é a forma que mais chama a atenção, porque é evidente e explícita e também por apresentar consequências graves e mais imediatas. Este é um dos motivos pelos quais se torna difícil identificar episódios de bullying entre as meninas.”* (LISBOA, BRAGA e EBERT, 2009).

Relacionando esta diferença entre meninos e meninas, o desenvolvimento de sintomas depressivos e até mesmo abuso de substâncias entorpecentes é mais comum em vítimas do sexo feminino, especialmente em razão de serem as vítimas deste sexo as mais vulneráveis às práticas indiretas do *bullying*, (CARLYLE e STEINMAM, 2007), que como salientado, são práticas mais difíceis de serem percebidas e combatidas por pais e educadores e que produzem seus nefastos efeitos de forma silenciosa e gradativa.

Ainda considerando a forma indireta, há que se destacar a sua mais recente e crescente forma de manifestação, denominada *cyberbullying*, que vem sendo observada com grande frequência em países desenvolvidos e em desenvolvimento, devido a crescente utilização de celulares e internet por crianças e adolescentes (LISBOA, BRAGA e EBERT, 2009). A perversidade virtual realiza-se por meio de mensagens no correio eletrônico, torpedos, blogs, fotoblogs, sites de relacionamento, e a majoração de sua prática pode ser explicada pela dificuldade em se identificar a pessoa do agressor, porquanto estas práticas acontecem sempre de forma anônima.

Este tipo de recurso tecnológico facilita a ocorrência do fenômeno, pois o anonimato possibilitado, principalmente através da internet, encoraja os agressores na ameaça, na intimidação e conseqüentemente na humilhação, cientes da impunidade na prática de seus atos. (LISBOA, BRAGA e EBERT, 2009). Conforme destaca Chalita, *“os meios de comunicação costumam ser eficientes na prática do bullying indireto, pois propagam, com rapidez e dimensões incalculáveis, comentários cruéis e maliciosos sobre pessoas públicas”* (CHALITA, 2008).

Ademais, as ferramentas disponíveis na internet ajudam na propagação deste comportamento nas quais as vítimas recebem mais tratos de seus iguais, seja através de ridicularização, ameaças, discriminações, todos feitos de forma anônima, para que se desconheça o agressor (PRADOS e FERNÁNDEZ, 2007).

Sendo assim, verifica-se que o crescimento tecnológico tem aumentado este tipo de prática do *bullying*, o qual possui sérios efeitos sobre suas vítimas especialmente em razão da velocidade com que as informações lesivas são transmitidas e da publicidade que elas adquirem no ambiente virtual. Importante destacar, todavia, que tanto a forma direta, quanto a indireta provocam sérios danos às vítimas, sendo necessário identificar este fenômeno na tentativa de diminuir os casos e minimizar os danos.

Vários os personagens estão envolvidos nas práticas de *bullying*. Identificá-los é de extrema importância, mas deve-se ter o cuidado de não se rotular os alunos, evitando que sejam estigmatizados pela comunidade escolar, o que também poderia ser entendido como uma forma de violência passível de responsabilização. Os participantes deste fenômeno podem ser classificados de três formas, os agressores, as vítimas ou alvos e os expectadores ou testemunhas.

Os agressores normalmente são alunos populares, que necessitam de platéia para agir, reconhecidos como valentões, oprimem e ameaçam suas vítimas sem motivo ou por motivos banais, querendo apenas impor autoridade. Os alunos sentem-se realizados e reconhecidos com suas atitudes. São, geralmente, alunos rodeados por grupo de alunos, com o qual dividem responsabilidade e por quem se sentem apoiados e fortalecidos. CHALITA (2008) destaca que aqueles estudantes que gravitam ao redor do líder ou dos líderes também podem ser considerados agressores.

Os bullies, sem motivação aparente, sistematicamente humilham e intimidam suas vítimas, podendo insultar ou acusar, depredar e destruir pertences pessoais, espalhar rumores negativos, depreciar, ameaçar, obrigando a seguir ordens, simular ocorrência para colocar a vítima em situação constrangedora, depreciar a família das vítimas com comentários maldosos, isolar, chantagear, ameaçar, fazer grafiteagem depreciativa, entre outros. (CHALITA, 2008).

Os agressores tendem a se envolver em situações antisociais e de risco, além de se envolverem com drogas e brigas. Acredita-se que esses agressores, quando não orientados e supervisionados adequadamente, tornem-se adultos com comportamentos violentos ou até mesmo criminosos. As vítimas são os alvos deste fenômeno, sendo escolhidas sem motivos evidentes, passando a sofrer ameaças, humilhações e intimidações<sup>[11]</sup>. As vítimas são prejudicadas e na maioria das vezes sofrem caladas e tendem a buscar cada vez mais o isolamento, segundo ainda o referido autor.

Os danos internos começam a aparecer lentamente com o surgimento das consequências externas, que tendem a se tornar visíveis aos pais e educadores. A dor e a angústia, vivenciadas solitariamente, destroem o encantamento pela escola e até mesmo pela vida. Do baixo rendimento escolar à resistência para ir à escola, os efeitos pioram na medida em que a intensidade e regularidade das agressões vão evoluindo e se agravando. Os sintomas começam a se misturar com um forte desejo de autodestruição, de momentos de explosão e de vingança. (CHALITA, 2008).

Os expectadores ou testemunhas não se envolvem diretamente nas agressões com seus pares, muitas vezes, simpatizam com os colegas vitimizados e condenam o comportamento dos jovens que agredem (LISBOA, BRAGA e EBERT, 2009). Estes estudantes são a grande maioria que assistem a dinâmica da violência e aprendem a conviver com ela, ou a escapar<sup>[12]</sup>.

As testemunhas apresentam um papel importante no fenômeno, muito mais do que se supunha a princípio. É simplista pensar que a maior parte dos envolvidos somente assiste a esse espetáculo cruel, em um misto de resignação – frente a uma forma de violência banalizada -, e o temor de ingressar, como vítima, nesse triste palco. Segundo vem se percebendo, as testemunhas influenciam diretamente na inibição ou estímulo ao agressor (ALBINO e TERÊNCIO).

Existem ainda vítimas-agressoras, as quais sofrem e, paralelamente cometem atos violentos com os outros<sup>[13]</sup>. Autores como LISBOA, BRAGA e EBERT (2009) afirmam ainda a existência dos defensores, ou seja, de estudantes que ajudam os outros estudantes; e os seguidores, que são aqueles que reforçam a prática do *bullying*.



O bullying é uma violência que cresce com a cumplicidade de alguns, com a tolerância de outros e com a omissão de muitos. E se transforma em ferocidade camuflada, compondo um cenário que nos intimida, enfim a deixar o conformismo, do pessimismo e da apatia das cavernas edificadas para nos proteger da realidade. Uma realidade grave e muda, com consequências alarmantes. (CHALITA, 2008).

Dentro deste contexto, o mais relevante são as consequências que o *bullying* vem provocando nos estudantes, tais como prejuízo na aprendizagem, desestímulo escolar e social, envolvimento com drogas, entre outras situações indesejadas para pessoas em processo de formação psicossocial, prejudicando o processo de formação educacional, social, psicológico e emocional dos estudantes envolvidos.

Na mente infantil, paira a certeza de que cada dia é mais um dia de tortura e zombaria, um dia de exposição ao ridículo. O medo e a impotência de reagir ante os valentões traduzem em ódio, desejo de destruição do outro e de autodestruição, vivido no silêncio da dor e da angústia. (CHALITA, 2008).

Para BOMFIM (2006), dentre as consequências provocadas por este fenômeno podem ser citadas a insegurança, pânico, desinteresse pelo espaço escolar, resignação, conformismo, subserviência, passividade, introspecção, automutilação, simulação de doenças visando a fuga escolar, baixa estima, depressão, improdutividade ou até mesmo o suicídio, fatores que contribuem para uma queda significativa no rendimento escolar e dificuldades de inserção na vida social, em alguns casos, podendo gerar a delinquência infantil ou juvenil.

“O caráter contínuo e repetido faz com que as vítimas não saiam por seus próprios meios do bullying, o qual apresenta muitos efeitos negativos como ansiedade, baixa autoestima, depressão, dificuldades para a integração no meio escolar, entre outros” (MÉNDEZ, 2007)<sup>[14]</sup>.

Além da diminuição da autoestima e dos prejuízos ao rendimento escolar e as relações sociais, CONSTANTINI (2004), afirma que o *bullying* pode provocar consequências mais graves, como o desenvolvimento de psicopatologias, tais como a depressão, a fobia social e, ainda, a tentativa de suicídio para as vítimas. Afirma que os agressores podem desenvolver transtorno de conduta, em sua adolescência, e transtorno de personalidade anti-social, em sua vida adulta, bem como pode ocorrer o aparecimento de intenções homicidas.

BOTELHO e SOUZA (2007) apresentam as consequências da prática reiterada do *bullying* de acordo com a pessoa envolvida. Segundo os autores, as testemunhas tendem a ficar amedrontadas, estressadas e com baixa estima, podendo desenvolver doenças psicossomáticas, sendo que, muitos alunos podem começar a apresentar baixo rendimento escolar, resistência ou recusa para ir à escola, além do medo, infelicidade, depressão e ansiedade. Alguns estudantes ainda com depressão acentuada sentem-se tão oprimidos que acabam tentando ou cometendo suicídio. Ademais, estes jovens podem atingir a vida adulta como os mesmos problemas, apresentando dificuldades para se desenvolverem e ainda adaptarem ao ambiente de trabalho.

Considerando o grupo de autores, estes têm grande probabilidade de se tornarem adultos com comportamentos anti-sociais e violentos (BOTELHO e SOUZA, 2007). Em relação aos expectadores podem apresentar dificuldade em progredir academicamente e socialmente. Sendo assim, conforme destaca

CHALITA (2008), não existe crueldade maior do que, propositadamente, desumanizar um indivíduo a ponto de roubar-lhe o desejo de viver.

Diante dos graves efeitos decorrente da prática do *bullying*, torna-se imperioso que as instituições de ensino adotem as medidas educativas necessárias a coibir a sua ocorrência no ambiente escolar, inclusive denunciar toda e qualquer forma de vitimização e agressão, tanto física quanto psicológica, para que se constitua um espaço saudável de aprendizagem. Isto porque, as instituições de ensino têm o dever de guarda e proteção da integridade física e moral de seus educandos, crianças e adolescentes.

A prática do *bullying* não pode ser considerada ou compreendida como uma simples brincadeira entre crianças e adolescentes que ainda não atingiram grau de maturidade ou discernimento, sendo necessário que os professores, educadores e demais profissionais vinculados às instituições de ensino estejam atentos à situação, especialmente aos indícios da prática do *bullying* entre seus educandos e busquem métodos pedagógicos de interromper este processo (LISBOA, BRAGA e EBERT, 2009), até mesmo como forma de privilegiar e dar efetividade aos princípios de proteção à criança e ao adolescente contidos na Constituição da República e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na sociedade atual a escola, além de ser considerada como um local de aprendizagem que avalia o desempenho dos alunos com base em notas dos testes de conhecimento (CHALITA, 2008), deve ser considerada como o local adequado para a promoção do pleno desenvolvimento da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania<sup>[15]</sup>. As instituições de ensino devem ser espaços institucionais, nos quais alunos e professores possam se desenvolver, aprender uns com os outros a exercer a cidadania, a qual pressupõe a valorização do respeito ao próximo. As instituições de ensino devem constituir espaços de convivência livre de qualquer forma de violência.

Em pesquisa, OLWEUS (1993) constatou que, infelizmente, a maioria dos professores tem dificuldade de identificar ou sequer toma ciência da prática do *bullying* e, nas hipóteses que têm ciência, são negligentes e não intervêm para evitar a sua prática, muitas das vezes por acreditar que as condutas adotadas são normais entre crianças e adolescentes, não passando de brincadeiras. Apesar de a pesquisa ter sido realizada em outra cultura e época, é possível concluir que os professores tem sido negligentes no combate e prevenção de episódios de *Bullying* (OLWEUS, 1993) o que inclusive pode decorrer da falta de proximidade entre professores e alunos, o que também pode ser considerado um fator de risco.

De acordo com CHALITA (2008), as instituições de ensino através de seus educadores estabelecem relações profundas de confiança e respeito com estes seres humanos em processo contínuo de formação, razão pela qual se torna responsável pelo destino de seus alunos. Reside neste fator a importância de que as instituições de ensino tomem conhecimento e consciência do conflito que está se tornando uma epidemia no ambiente escolar, com o desiderato de organizar métodos pedagógicos de combate às agressões físicas e morais entre alunos, bem como desenvolver olhar atento, reflexivo e observador, sinalizando caminhos para transformar esta situação que coloca em risco a integridade física e moral de crianças e adolescentes.

A escola deve ser um espaço acolhedor em que as relações de amizade estejam construídas como um exercício para a vida. A ética, o respeito, o cuidado com o outro, plantados na escola terão o poder de fazer florescer a cidadania em outros jardins. (CHALITA, 2008).

Verifica-se, portanto, que o papel e a responsabilidade das instituições de ensino e de seus educadores na prevenção e combate ao *bullying* é de extrema importância, desde a sua identificação e até a adoção de medidas pedagógicas em relação aos agressores e participantes destes atos lesivos. É função da

instituição de ensino preservar a integridade física e moral de seus alunos, evitando toda e qualquer forma de violência que possam ocorrer no ambiente escolar. Quando a instituição de ensino deixa de cumprir sua função, negligenciando seu dever de educar e preservar a integridade de seus educandos, deverá assumir a responsabilidade pela reparação dos danos a que sua conduta der causa, sem prejuízo da responsabilidade de pais e ou responsável pelos educandos, os quais possuem o igual e relevante dever de educar.

### **Responsabilidade civil das instituições de ensino pela prática do *bullying*.**

A prática do *bullying* no ambiente escolar tem adquirido contornos alarmantes no âmbito da sociedade brasileira e internacional. Diuturnamente tomamos conhecimento pelos noticiários de casos envolvendo ameaças e agressões físicas e psicológicas entre alunos e entre estes e seus professores<sup>[16]</sup>, notícias que nos levam a questionar os motivos que tem contribuído para o exacerbado aumento da violência escolar, bem como a colocar em dúvida a qualidade dos sistemas educacionais, perquirindo acerca do destino de crianças e adolescentes.<sup>[17]</sup> Destaca-se, o *bullying* não é fenômeno restrito a países em desenvolvimento, mas sim, fenômeno generalizado nos diversos sistemas educacionais mundiais.

É sabido que às instituições de ensino, sejam elas públicas ou particulares, são, conjuntamente com a sociedade, a família e os pais, responsáveis pela garantia do direito à educação de criança e adolescentes, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.<sup>[18]</sup> Assim, constitui dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, garantindo-lhes o direito a educação e a proteção a sua integridade física e moral, evitando que sejam objetos de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, para que possa desenvolver sua personalidade.

Diante desse quadro de crescimento dos casos envolvendo a prática do *bullying* no ambiente escolar, inúmeras discussões têm surgido entre estudiosos e perante os órgãos jurisdicionais acerca da responsabilidade civil decorrente desta perniciosa forma de violência contra a integridade física e psicológica contra crianças e adolescentes. A resolução desta polêmica questão perpassa pela definição de quem seria responsável pela reparação dos danos de ordem material e moral das crianças e adolescentes vítimas do *bullying* em ambiente escolar, as instituições de ensino, os pais ou responsáveis pelas crianças e ou adolescente agressores ou de ambos? Essa será, portanto, a tormentosa questão que passaremos a analisar, na busca por uma solução juridicamente adequada.

O instituto da responsabilidade civil assume importante papel conformador da realidade social. Sendo um dos mais importantes e antigos institutos jurídicos da humanidade, constitui, desde os tempos mais remotos, importante instrumento de garantia da harmonia e da paz social, estando atrelado ao próprio sentimento de justiça. Para realizar sua finalidade primordial, qual seja, a reparação dos danos causados ao indivíduo, desfazendo, tanto quanto possível, os efeitos e prejuízos decorrentes do ato ilícito, e por estar entrelaçada a diversos domínios da vida social, uma vez que tem seu nascedouro no agir humano, o instituto da responsabilidade civil deve ser dotado de dinamicidade, adaptando-se e transformando-se de acordo com a evolução sociedade. Nos dizeres de DIAS:

O instituto é essencialmente dinâmico, tem de adaptar-se, transformar-se na mesma proporção em que envolve a civilização, há de ser dotado de flexibilidade suficiente para



oferecer, em qualquer época, o meio ou processo pelo qual, em face de nova técnica, de novas conquistas, de novos gêneros de atividade, assegure a finalidade de restabelecer o equilíbrio desfeito por ocasião do dano, considerado, em cada tempo, em função das condições sociais vigentes. (DIAS, 1960, p. 31)

A responsabilidade civil pode ser classificada em responsabilidade civil subjetiva e objetiva, a depender da imprescindibilidade do elemento culpa para a configuração do dever de indenizar. O fundamento da responsabilidade civil subjetiva está na culpa, seja por negligência, imperícia ou imprudência. Nos termos dos preceitos legais contidos nos artigos 186 e 927, ambos do Código Civil, aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência violar direito e causar dano a outrem, comete ato ilícito, tornado-se civilmente responsável pela reparação dos danos materiais e morais a que deu causa. A configuração da responsabilidade civil subjetiva e, conseqüentemente, do dever de indenizar, depende, assim, da existência de um nexo de causalidade que vincule os danos materiais ou morais suportados pela vítima à prática de uma ação ou omissão culposa pelo agressor.

A lei, todavia, considerando as especificidades e peculiaridades de determinadas situações, pode atribuir responsabilidade civil pela reparação dos danos decorrentes de ações ou omissão não culposas. Nestas hipóteses estaremos diante da denominada responsabilidade objetiva, a qual prescinde do elemento culpa para sua configuração, bem como para o surgimento do dever de indenizar. Nas hipóteses em que a legislação atribuir a determinados sujeitos responsabilidade objetiva, tais como aquelas elencadas no artigo 932 do Código Civil ou nas hipóteses de relações jurídicas de natureza consumerista, a configuração do dever de reparação civil dependerá tão-somente da comprovação de que a vítima suportou danos materiais e ou morais e da existência de nexo de causalidade que os vincule a uma ação ou omissão do agressor responsável, independentemente da existência de culpa.<sup>[19]</sup> Nestes casos, o sujeito somente elidirá sua responsabilidade caso demonstre tratar-se de hipótese de caso fortuito, força maior, culpa exclusiva da vítima ou culpa de terceiros.<sup>[20]</sup>

Nesse diapasão, tecidas as considerações iniciais sobre as nefastas e indesejáveis conseqüências da prática do *bullying* sobre a formação e saúde mental e psíquica de crianças e adolescentes, indispensável, por constituir cerne do presente trabalho, delimitar a responsabilidade civil pela prática do *bullying*. Constatada a prática do *bullying* no ambiente escolar, de quem será a responsabilidade pela reparação dos danos que a vítima vier a suportar, os pais, a instituição de ensino ou ambos? O estudo desta temática se mostra imprescindível, seja em razão do restrito e delimitado número de trabalhos e estudos destinados a análise do problema, seja pelo fato do considerável aumento do número de casos noticiados envolvendo agressões perpetradas no ambiente escolar, os quais têm demandado a constante intervenção dos órgãos jurisdicionais. Passaremos, portanto, a análise da responsabilidade dos pais e instituições de ensino no direito brasileiro.

## **A responsabilidade dos pais e instituições de ensino no direito brasileiro.**

A responsabilidade civil dos pais pelos danos decorrentes de ações ou omissões de crianças e adolescentes encontra-se disciplinada pelos preceitos legais contidos no inciso I, do artigo 932, e artigo 933, ambos do Código Civil. Nos termos do referido dispositivo legal, os pais são objetivamente responsáveis pelos danos causados pelas condutas comissivas ou omissivas praticadas pelos filhos menores que estiverem

sob a sua autoridade e em sua companhia. Assim, em sendo os filhos menores absolutamente incapazes, são irresponsáveis pela reparação dos danos que causarem, transferindo-se aos pais o dever de reparação. Conforme destaca SILVA, aos pais, “*não bastaria, pois, a alegação de que tomaram as cautelas normais, e que o filho traiu sua vigilância para que se exima do dever legal. Sua obrigação é ressarcir o dano causado pela culpa do filho menor.*”<sup>[21]</sup> E conclui, os pais somente não terão responsabilidade “*provando a juridicidade do comportamento do filho*”.<sup>[22]</sup> Neste sentido destaca LYRA:

(...) os filhos são, para os pais, fonte de alegrias e esperanças e são, também, fonte de preocupações. Quem se dispõe a ter filhos não pode ignorar os encargos de tal resolução. Assim, pois, em troca da razoável esperança de alegrias e amparo futuro, é normal contra o risco de frustrações, desenganos, decepções e desilusões. Portanto, menos que ao dever de vigilância, impossível de ser observado durante as 24 horas de cada dia, estão os pais jungidos ao risco que pode acontecer aos filhos, ao risco daquilo que estes, na sua inocência ou inconsciência, possam praticar em prejuízo alheio. (LYRA, 1977, p. 71)

A análise dos preceitos normativos contidos no inciso I, do artigo 932, combinados com aqueles contidos no artigo 933, ambos do Código Civil, permite inferir, portanto, que os pais são, independentemente de culpa, responsáveis pelas condutas de seus filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia. A dicção normativa do referido dispositivo legal poderia levar a errônea e equivocada compreensão de que os pais somente seriam objetivamente responsáveis pelos atos dos filhos menores quando estes estivessem sob sua companhia, dando abertura para interpretação isentiva da responsabilidade dos pais quando os filhos menores não estivessem em sua companhia. Destaca-se, contudo, que tal interpretação não condiz com os objetivos almejados pelo legislador civil, isto porque, conforme destaca MATIELLO:

Quanto ao significado do vocábulo companhia, cabe breve esclarecimento. O legislador não pretendeu atribuir responsabilidade aos pais, pelos atos dos filhos menores, apenas quando estiverem sob vigilância imediata e residindo no mesmo local. É muito comum o fato de os pais permanecerem em determinado endereço enquanto a prole destaca-se para outras cidades, fixando novo domicílio, com o fito de completar seus estudos. Mesmo que isso aconteça, a aplicabilidade do mandamento legal em nada será abalada, eis que a palavra companhia tem relação direta com o exercício da autoridade paterna e materna, de maneira que compreende todas as situações em que vigora o pátrio poder e os filhos estão efetivamente a ele submetidos, embora distanciados fisicamente. (MATIELLO, 2003, p. 583).<sup>[23]</sup>

Ora, o que resta definir é se os pais, ao confiarem temporariamente a guarda e educação de seus filhos menores às instituições de ensino, se eximem de sua responsabilidade objetiva pelas condutas que estes praticarem dentro o estabelecimento de ensino, isto é, em ambiente escolar? Caso o filho menor, criança ou adolescente, pratique ato de *bullying* em ambiente escolar, poderão os pais se eximir de sua responsabilidade civil objetiva alegando que os filhos estavam sob a guarda e vigilância da instituição de ensino e que, portanto, a instituição de ensino é que deverá ser civilmente responsabilizada pelos danos que o aluno vítima do *bullying* vier a suportar? Ou seria uma hipótese de responsabilidade solidária entre os pais e a instituição de ensino, tendo em vista o dever recíproco de educar? Caberia ação regressiva da instituição de ensino em desfavor dos pais?

As relações jurídicas entabuladas entre as instituições de ensino públicas ou privadas e seus alunos caracteriza-se por ser uma relação de consumo, porquanto presentes os elementos caracterizadores previstos nos artigos 2º e 3º, do Código de Defesa do Consumidor. Nesse diapasão, tratando-se de relação de consumo, nos termos dos preceitos normativos contidos no artigo 14, do diploma consumerista, as

instituições de ensino públicas e privadas, na condição de prestadoras de serviços educacionais respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores (educandos) por defeitos relativos à prestação de serviços. Para que haja o surgimento do dever de indenizar basta que haja a comprovação do dano e a existência de nexo de causalidade que o ligue a uma ação ou omissão da instituição de ensino. No que concerne às instituições públicas, a sua responsabilidade objetiva é ainda mais reforçada pelos preceitos contidos no parágrafo sexto, do artigo 37, da Constituição da República.

Em uma das primeiras manifestações jurisdicionais sobre a responsabilidade civil das instituições de ensino pela prática do *bullying*, proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, este órgão jurisdicional, por unanimidade, houve por bem condenar uma instituição de ensino particular a indenizar moralmente aluno pelos abalos psicológicos decorrentes de violência escolar praticada por outros alunos, em razão de ofensa ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Há que se destacar que, não obstante a existência de outras decisões analisando casos de violência escolar, pode-se considerar a referida decisão como pioneira por ter tratado do fenômeno do *bullying* com cerne da questão. Nos termos da fundamentação adotada no arresto em comento, a responsabilidade civil da escola “*decorre do fato de ficar ela investida no dever de guarda e preservação da integridade física e psicológica do aluno, com a obrigação de empregar a mais diligente vigilância, para prevenir e evitar qualquer ofensa ou dano aos que ali estudam*”. Nos termos da referida manifestação jurisdicional.

(...) Na espécie, restou demonstrado nos autos que o recorrente sofreu agressões físicas e verbais de alguns colegas de turma que iam muito além de pequenos atritos entre crianças daquela idade, no interior do estabelecimento réu, durante todo o ano letivo de 2005. É certo que tais agressões, por si só, configuram dano moral cuja responsabilidade de indenização seria do Colégio em razão de sua responsabilidade objetiva. Com efeito, o Colégio réu tomou algumas medidas na tentativa de contornar a situação, contudo, tais providências foram inócuas para solucionar o problema, tendo em vista que as agressões se perpetuaram pelo ano letivo. Talvez porque o estabelecimento de ensino apelado não atentou para o papel da escola como instrumento de inclusão social, sobretudo no caso de crianças tidas como “diferentes”. Nesse ponto, vale registrar que o ingresso no mundo adulto requer a apropriação de conhecimentos socialmente produzidos. A interiorização de tais conhecimentos e experiências vividas se processa, primeiro, no interior da família e do grupo em que este indivíduo se insere, e, depois, em instituições como a escola. No dizer de Helder Baruffi, “Neste processo de socialização ou de inserção do indivíduo na sociedade, a educação tem papel estratégico, principalmente na construção da cidadania.” (DISTRITO FEDERAL, TJDF, Apelação Cível n.º 2006.03.1.008331-2; Rel. Des. Waldir Leôncio Júnior, Julgamento em 7-8-2008)

Acerca da existência de responsabilidade civil objetiva das instituições de ensino pela proteção da incolumidade física e moral de seus alunos, preleciona VENOSA que:

Enquanto o aluno se encontra no estabelecimento de ensino, este é responsável não somente pela incolumidade física do educando, como também pelos atos ilícitos praticados por este a terceiros. Há um dever de vigilância inerente ao estabelecimento de educação que, hodiernamente, decorre da responsabilidade objetiva do código de defesa do consumidor. O aluno é consumidor do fornecedor de serviços, que é a instituição educacional. Se o agente sofre prejuízo físico ou moral decorrente da atividade do interior do estabelecimento, este é responsável. Responde, portanto, a escola, se o aluno for agredido por colega em seu interior. Pode até mesmo ser firmada a responsabilidade, ainda que o educando se encontre fora das dependências do estabelecimento: imaginemos as hipóteses de danos, praticados por aluno em excursão orientada e patrocinada pela escola. Nesse caso, o dever de vigilância dos professores e educadores acompanha os alunos. (VENOSA, 2002, p.68).<sup>[24]</sup>

Ao analisar a polêmica questão da responsabilidade civil das instituições de ensino pelos danos que os alunos vierem a suportar dentro do estabelecimento de ensino, DINIZ manifesta-se no sentido da existência de responsabilidade solidária entre os pais e as instituições de ensino. Segundo a autora, o fundamento da responsabilidade objetiva das instituições de ensino estaria assentado não em seu dever de vigilância, mas sim em razão de assumirem o risco da atividade e, especialmente, em decorrência de imposições legais contidas nos preceitos normativos do artigo 933, nos contidos no artigo 942<sup>[25]</sup>, ambos do Código Civil, bem como nos preceitos do Código de Defesa do Consumidor.<sup>[26]</sup>

O Art. 932, IV, do código civil refere-se à responsabilidade dos danos de estabelecimentos de ensino, isto é, daqueles que mediante uma remuneração tem sob sua direção pessoas para serem educadas e receberem instrução. Deverão responder objetiva e solidariamente (c.c, arts 933 e 942, parágrafo único) pelos danos causados a um colega ou a terceiros por atos ilícitos dos alunos durante o tempo que exercem sobre eles vigilância e autoridade. É preciso não duvidar que tal responsabilidade, que não mais esta fundada na culpa *in vigilando*, estende-se ao diretor do estabelecimento de ensino e aos mestres não por exercerem sobre seus discípulos um dever de vigilância, mas por assumirem risco da sua atividade profissional e por imposição de lei (c.c, art. 933). (...) A escola, que pagou o dano, terá razão regressiva contra os pais do aluno que praticou o ilícito ou contra o próprio aluno se ele for maior de 16 anos, diante o disposto no código civil, arts. 928 e 934 e parágrafo único. Se o dano for sofrido pelo aluno numa aula de química, este, representado por seus pais, poderá acionar o colégio. (DINIZ, 2003, p.476).

Há que se destacar, entretanto, que a questão da solidariedade entre pais e instituições de ensino pelos danos causados por crianças e adolescente em ambiente escolar é controvertida, haja vista que, autores como SILVA e GONÇALVES, sustentam que, quando os pais confiam seus filhos menores às instituições de ensino, transferem-lhes o dever de vigilância e, conseqüentemente, a responsabilidade pelo danos que estes causarem a terceiros, não havendo como cogitar, por inadequado, a existência do direito de regresso. Segundo destaca SILVA:

A questão é delicada, pois quem se o estabelecimento tem o dever de vigilância e responde pelos atos do educando, dificilmente se pode compreender que tenha ação regressiva para se ressarcir do dano causado ao estabelecimento, a outro aluno ou terceiro. Soudart detém-se no assunto, para distinguir: se o aluno estava em condições de discernir, há ação contra ele; mas, contra o pai, a situação é diferente, porque confiado o menor ao estabelecimento, assume este a sua vigilância. (SILVA, 1990, p. 108).

No mesmo sentido é o entendimento de GONÇALVES, para quem não se justifica “*o regresso contra os pais dos menores, relativa ou absolutamente incapazes, porque o estabelecimento, ao acolhê-los, recebe a transferência da guarda e vigilância, sendo portanto responsável por culpa in vigilando, se o aluno pratica ato lesivo a terceiro*”.<sup>[27]</sup> O autor ainda tece críticas ao entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, segundo o qual “*responde solidariamente pelo dano causado por menor a pessoa que, não sendo seu pai, mãe, tutor, tem, como encarregada da sua guarda, a responsabilidade da vigilância, direção ou educação dele, ou voluntariamente, o traz em seu poder ou companhia*.”<sup>[28]</sup> Para GONÇALVES, o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal estaria incorreto “*na parte em que assegurou o direito de regresso também contra os responsáveis pelos menores, pois estão eles na mesma situação dos educadores (ambos são responsáveis por ato de outrem) e houve a transferência temporária dessa responsabilidade, dos primeiros para os últimos*.”<sup>[29]</sup>

A despeito do entendimento adotado por estes renomados autores, indispensável tecer algumas considerações, pois a questão da responsabilidade civil decorrente da prática de atos de *bullying* por crianças e adolescentes em ambiente escolar não assume contornos e traços uniformes como se possa imaginar, exigindo, desta forma, soluções diferenciadas de acordo com as especificidades e peculiaridades do caso concreto. Isto porque, a depender das circunstâncias que permeiam o caso concreto, a automática transferência da responsabilidade civil às instituições de ensino, com a conseqüente elisão da responsabilidade dos pais, além de se mostrar uma solução e juridicamente inadequada e iníqua, reduzindo sobremaneira e indevidamente a importância do papel dos pais no processo educacional e de formação psicossocial de seus filhos, pode criar espaço para irresponsabilidade familiar, contrariando os preceitos normativos contidos no artigo 205, da Constituição da República, bem como aqueles contidos no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, os quais são expressos e inequívocos ao prever a responsabilidade da família pela efetivação de seu dever constitucional de educar crianças e adolescente, contribuindo para seu processo de formação pessoal.

Ademais, conforme destacado, há que se proceder ao exame parcimonioso e cauteloso das circunstâncias que envolvem o caso concreto. Isto porque, não se pode olvidar que a instituição de ensino poderá elidir sua responsabilidade caso comprove a existência de culpa exclusiva de terceiro, ou seja, caso demonstre que apesar de ter adotado todas as medidas educativas e pedagógicas que estavam ao seu alcance, enquanto instituição de ensino, o ato de *bullying* praticado por um aluno em desfavor de outro não foi possível de ser evitado. É o que estabelecem os preceitos normativos contidos no parágrafo terceiro, inciso segundo, do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor. A hipótese aventada merece destaque, pois podem ocorrer situações em que as condutas agressoras praticadas pelo aluno decorrem da deficiência dos pais em seu dever constitucional e afetivo de educar os filhos, orientando-lhes em seu processo de formação pessoal. Diante desses casos, desconsiderar a negligência dos pais no cumprimento de seu papel social para simplesmente transferir toda responsabilidade à instituição de ensino se apresenta como medida inadequada.

Diversos são os casos em que as instituições de ensino adotam uma série de medidas pedagógicas com o intuito de prevenir e combater a prática dos atos de *bullying*, tais como reuniões com pais, orientação especializada ao aluno, indicação aos pais da necessidade de que seu filho tenha acompanhamento psicológico, e, até mesmo medidas mais drásticas com advertência, transferência de sala, suspensão e até expulsão do aluno agressor, sem que obtenham êxito. Nesses casos, em que medida deverá a instituição de ensino ser responsabilizada pelos atos de aluno que possui histórico de condutas agressivas? Os pais ou responsáveis podem se desonerar de seu dever de educar, guardar e vigiar tão-somente por terem confiado seus filhos temporariamente aos cuidados da instituição de ensino? A adoção de uma solução uniforme como esta não acarretaria a indevida proteção da negligência dos pais em seu dever de educar seus filhos, criando um espaço de irresponsabilidade pelas condutas danosas de seus filhos menores?

Em recente caso que bateu às portas da justiça mineira, o juiz a 27ª vara cível da comarca de Belo Horizonte, ao apreciar ação de indenização por danos morais proposta por aluna em desfavor de instituição particular de ensino e dos pais do suposto aluno agressor, sob a alegação de que teria sido vítima de atos de *bullying*<sup>[30]</sup>, entendeu por bem afastar a responsabilidade da instituição de ensino, reconhecendo, tão-somente a responsabilidade dos pais do suposto aluno agressor pelos danos morais suportados pela autora. Conforme destacou o juízo da causa, não haveria como impor à instituição de ensino o dever de “educar”, “reeducar”, nem “suprir ou alterar a educação dada por seus pais”, por mais que se entenda sê-la deficiente, tendo em vista que o exercício do poder familiar seria, nos termos do inciso I, do artigo 1634, do Código Civil, atribuição dos pais, no qual se encontraria inserido a obrigação de educar. Ademais, salientou que a



instituição de ensino observou as diretrizes legais da educação nacional, tendo, inclusive, adotado diversas medidas pedagógicas, tais como entrevistas, reuniões, remanejamento do mapeamento de sala, transferência do aluno agressor, as quais, todavia, não surtiram efeito. De acordo com entendimento adotado pelo juízo da causa:

Com relação ao nexo causal, aliás, cumpre fazer um breve parêntese, aqui, para esclarecer que não há como imputar eventual responsabilidade pelos danos morais ao Colégio, ainda que com base no artigo 932, inciso IV, do Código Civil brasileiro. E sobressai dos autos que as intervenções do aluno junto à autora se davam dentro e fora da sala de aula. Não havia portanto, como o Colégio evitar o encontro dos alunos, mormente em um ambiente em que convivem quase 3.000 (três mil) menores. Inexistiu, ao meu ver, defeito na prestação de serviço pelo Colégio, o que atrai a aplicação do artigo 14, § 3º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor. (MINAS GERAIS, TJMG, Ação de Indenização n.º 0024.08.99.172-1, Juiz Luiz Arthur Rocha Hilário).<sup>[31]</sup>

É preciso reconhecer que se apresenta manifestamente inadequada a simples transferência da responsabilidade civil dos pais às instituições de ensino pelos danos que advierem da prática de atos de *bullying* no ambiente escolar. Por mais que nesta hipótese a instituição de ensino tenha assumido o dever temporário de guarda e vigilância sobre a criança ou adolescente, tal fato, por si só, não é suficiente para elidir a responsabilidade constitucionalmente atribuída aos pais de educar seus filhos. Somente nos casos em que restar devidamente provado que a instituição de ensino negligenciou seu dever de guarda e vigilância, ou seja, que esta não adotou as medidas pedagógicas que estavam ao seu alcance para prevenir ou combater a prática dos atos de *bullying* e que se poderá cogitar a sua responsabilização. Até mesmo porque o fenômeno do *bullying* é essencialmente de natureza educacional, sendo impossível se exigir que a instituição de ensino substitua completamente a educação familiar ou supra todas as suas deficiências.

Caso se constate que a instituição de ensino foi negligente em seu papel ou dever de prestar educação aos seus alunos, não contribuindo para o seu processo de formação pessoal, de preparo para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho, esta deverá responder solidariamente com os pais do aluno agressor, nos termos dos preceitos normativos contidos no artigo 933 e 942 do Código Civil, pela reparação dos danos materiais e morais que seu filho deu causa. Somente desta forma estar-se-á garantindo, ao mesmo tempo, a necessária proteção às crianças e adolescente contra os atos de *bullying*, ameaçadores de sua integridade física, psíquica e moral, assegurando que estes terão um adequado processo de formação, sem se promover indevidamente a transferência às instituições de ensino de toda a responsabilidade pela guarda, vigilância e, principalmente, pela educação das crianças e adolescentes, deveres que são precipuamente atribuídos a família. Sustentar entendimento contrário, representaria inquestionável desoneração dos pais de seu dever constitucional de educar seus filhos, criando ambiente de irresponsabilidade familiar, propício para o desenvolvimento das indesejáveis prática de *bullying*.

## Conclusão

A violência, em especial a escolar, hodiernamente, constitui um dos principais problemas sociais e pode ser avaliada a partir de diversos aspectos. A prática do *bullying* no ambiente escolar tem adquirido contornos alarmantes no âmbito da sociedade brasileira e internacional. Os casos envolvendo ameaças e agressões físicas e psicológicas entre alunos e entre estes e seus professores, nos levam a questionar os



motivos que tem contribuído para o exacerbado aumento da violência escolar, bem como a colocar em dúvida a qualidade dos sistemas educacionais, perquirindo acerca do destino de crianças e adolescentes.

Estas “brincadeiras” ofensivas não podem ser consideradas apenas como atitudes normais entre crianças e ou adolescentes, especialmente considerando que os danos causados em suas vítimas são nefastos tanto para os agressores quanto para as vítimas, tornando imperioso o desenvolvimento de estudos destinados a encontrar soluções educacionais, pedagógicas e jurídicas adequadas para este problema, na tentativa de minimizar os danos, pois as consequências podem ser graves e, em casos extremos, podem acarretar a morte dos envolvidos. Assim, a escola e os pais necessitam de apoio para solucionar este problema.

Nesse diapasão, diante das nefastas e indesejáveis consequências da prática do *bullying* sobre a formação e saúde mental e psíquica de crianças e adolescentes, indispensável que o direito ofereça respostas adequadas e eficazes a este grave problema garantindo, ao mesmo tempo, a necessária proteção às crianças e adolescente contra os atos de *bullying*, ameaçadores de sua integridade física, psíquica e moral, assegurando que estes terão um adequado processo de formação, sem se promover indevidamente a transferência às instituições de ensino de toda a responsabilidade pela guarda, vigilância e, principalmente, pela educação das crianças e adolescentes.

Conforme constatado, por mais que as instituições de ensino possuam o dever temporário de guarda e vigilância sobre a criança ou adolescente, tal fato, não é suficiente para elidir a responsabilidade constitucionalmente atribuída aos pais de educar seus filhos. Somente nos casos em que restar devidamente provado que as instituições de ensino negligenciaram seu dever de guarda e vigilância, deixando de adotar as medidas pedagógicas que estavam ao seu alcance para prevenir ou combater a prática dos atos de *bullying* é que deverão ser responsabilizadas em solidariedade com os pais do aluno agressor pela reparação dos danos suportados pelo agredido. Admitir entendimento contrário, representaria a inadequada desoneração dos pais de seu dever constitucional de educar os filhos, criando ambiente de irresponsabilidade familiar, propício para o desenvolvimento das indesejáveis prática de *bullying*.

Nesse diapasão, o objetivo do presente trabalho não foi o de esgotar a análise do relevante tema do *bullying*, mas sim, reconhecendo a sua importância e atualidade, contribuir para o debate, fornecendo questionamentos e apontamentos que possam ser úteis para o seu aperfeiçoamento, contribuindo para a elaboração de soluções capazes de garantir, simultaneamente, a necessária proteção às crianças e adolescente contra os atos de *bullying*, ameaçadores de sua integridade física, psíquica e moral, assegurando que estes terão um adequado processo de formação, sem se promover indevidamente a transferência às instituições de ensino de toda a responsabilidade pela guarda, vigilância e, principalmente, pela educação das crianças e adolescentes, deveres que são precipuamente atribuídos a família.

## Referências

ALBINO, Priscilla Linhares; TERÊNCIO, Marlos Gonçalves. Considerações críticas sobre o fenômeno do bullying: do conceito ao combate e à prevenção. Disponível em: <[http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18\\_03\\_2010\\_15.21.10.2af5ca0c78153b8b4a47993d66a51436.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_03_2010_15.21.10.2af5ca0c78153b8b4a47993d66a51436.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2010

APARICIO, Alicia Martín. El fenómeno del bullying o acoso escolar en nuestras aulas. Compartim: **Revista de Formació del professorat**, n. 4, 2009.

BOMFIM, Mônica. O bullying na vida social: repensando o lugar da alteridade nos processos educativos. In: OLIVEIRA, C. M. K. M. **Rede de saberes: diferentes práticas e novos Saberes na formação docente**. Belo Horizonte: New Hampton Press Ltda, 2006. p. 103-110.

BOTELHO, Rafael Guimarães; SOUZA, José Maurício Capinussaú. Bullying e educação física na escola: características, casos, conseqüências e estratégias de intervenção. **Revista de Educação Física**, n. 139, p. 58-70, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 10 mai. 2009.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 set. 1990.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL, STF, **Recurso Extraordinário 76876**, 2ª Turma, Rel. Min. Leito de Abreu, Dj. 16.11.1976.

CALBO, Adriano Severo; *et al.* Bullying na escola: comportamento agressivo, vitimização e conduto pró-social entre pares. **Contextos Clínicos**, v. 2, n. 2, p. 73-80, 2009.

CARLYLE, Kellie E.; STEINMAN, Kenneth. J. Demographic differences in the prevalence, co-occurrence, and correlates of adolescent bullying at school. **The Journal of School Health**, v. 77, p. 623-629, 2007.

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia da amizade: Bullying – o sofrimento das vítimas e dos agressores**. São Paulo: Editora Gente, 3. ed. 2008.

CLEARY, M. Bullying information for schools. Disponível em: <[http://www.police.govt.nz/service/yesnobully/bullying\\_info.pdf](http://www.police.govt.nz/service/yesnobully/bullying_info.pdf)>. Acesso em: 08 ago 2010.

CONSTANTINI, Alessandro. **Bullying como combatê-lo?** Prevenir e enfrentar a violência entre jovens. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004, 224p.

DIAS, José de Aguiar. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Rio de Janeiro, Forense, 1994.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**, v. 7, São Paulo: Saraiva, 17ª, 2003.

DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, **Apelação Cível n.º 2006.03.1.008331-2**; Rel. Des. Waldir Leônicio Júnior, Julgamento em 7-8-2008.

DENARI, Zelmo. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto**. 6ª. ed., São Paulo : Forense Universitária, 1999.

FRANCISCO, Marcos Vinícius; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Um estudo sobre bullying entre escolares do ensino fundamental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 2, p. 200-207, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LISBOA, Carolina; BRAGA, Luiza de Lima; EBERT, Guilherme. O fenômeno bullying ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção. **Contextos Clínicos**, v. 2, n. 1, p. 59-71, 2009.

LYRA, Afrânio. **Responsabilidade Civil**. Bahia, 1977.

MATTIELO, Fabrício Zamproga. **Código Civil Comentado**. São Paulo; LTR, 2003

MINAS GERAIS, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, **Ação de Indenização n.º 0024.08.99.172-1**, Juiz Luiz Arthur Rocha Hilário

MÉNDEZ, Raquel Platero. Maricon el última: docentes que actuamos ante el acoso escolar en el instituto. **Revista D'estudis de la violència**, n. 3, 2007.

MONTEIRO DE BARROS, Flávio Augusto. **Manual de Direito Civil: Direito das Coisas e Responsabilidade Civil**. São Paulo: Método, 2005.

NETO, Aramis Lopes. **Diga não ao bullying**. Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes. Rio de Janeiro, Abrapia, 2005, 146p.

OLWEUS, Dan. **Bullying at scholl: what we know and what we can do**. Oxford, UK: Cambridge/USA: Blackwell, 1993, 140p.

PRADOS, Maria Ángeles Hernández; FERNANDÉZ, Isabel Maria Solano. Cyberbullying: un problema de acoso escolar. **Revista Iberoamericana de Educación a Distancia**, v. 10, n. 1, p. 17-36, 2007.

RONDÔNIA, TJRO, Acórdão 126721, **Apelação Cível 100.007.2006.011349-2**, Rel. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, Publicado em 19-9-2008.

SILVA, Caio Mario Pereira da. **Instituições de Direito Civil**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1990.

STOCO, Rui. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1994.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, IV, 2002.

---

[1] Conforme afirmam diversos autores (Berger e Lisboa, 2009; Ellis e Zins, 2003; Espelage e Swearer, 2003; Miller e Krauss, 2008; Pellegrini, 1998)*apud* Lisboa, Braga e Ebert (2009).

[2] De acordo com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – ABRAPIA, ver o site: <http://www.bullying.com.br>.

[3] Pesquisa abordada por Lisboa, Braga e Ebert (2009) que buscava relacionar a palavra utilizada e a sua conotação, em relação a Itália as palavras prepotenza e violenza aparecem em destaque no discurso dos jovens, enfatizando aspectos mais diretos e físicos da agressão.

[4] Apesar do *bullying* ter despertado interesse de estudo há mais de três décadas, o processo vem realmente atraindo atenção nos últimos anos, devido a estudos que evidenciam sua existência e, principalmente, os riscos para o desenvolvimento social e pessoal de jovens e instituições escolares como um todo (LISBOA, BRAGA e EBERT, 2009).

[5] Em 1982, na Noruega, três alunos na faixa etária de 14 anos cometeram suicídio, possivelmente como problemas de *bullying*. Assim, as autoridades, a mídia e profissionais em escolas passaram a dar mais importância e prestar mais atenção a este tipo de brincadeira. Apesar deste fato ter acontecido na Noruega, pesquisas transculturais mostraram que este fenômeno, sempre existiu e é identificado em vários países do mundo. Existem aspectos comuns nestas manifestações, os quais sugerem um caráter universal

do fenômeno. Estudos científicos e aprofundados passaram a ser realizados a partir da década de 1990 (LISBOA, BRAGA e EBERT, 2009).

[6] O *bullying* entre vizinhos é normalmente uma forma de intimidação por comportamentos considerados inconvenientes, tais como: barulho excessivo para perturbar o sono, forjar incidentes para prestar queixa às autoridades. Esse tipo de provocação tem o intuito de provocar a vítima a tal ponto que ela opte por se mudar. É importante destacar que nem sempre o comportamento inconveniente de vizinhos pode ser caracterizado com o de *bullying*, a mera falta de sensibilidade ou civilidade pode ser uma explicação plausível em alguns casos (CHALITA, 2008).

[7] Para Aparicio (2009) o *bullying* pode ser (1) verbal, como os insultos, apelidos, (2) físico, bater, chutar, (3) emocional, como chantagens e extorsões para conseguir algo, como dinheiro e por último (4) sexual, apesar de ser menos freqüente, relaciona-se com a realização de gestos obscenos e questões sexuais.

[8] Bonfim (2006). Vide a nota de n.º17.

[9] O *bullying* pode ser denominado relacional, quando a agressividade se manifesta a partir de ameaças, acusações injustas e indiretas, roubo de dinheiro e pertences, difamações sutis, degradação da imagem social, podendo resultar na exclusão de um ou mais jovens do grupo (OLWES, 1993).

[10] Ainda em relação ao sexo, a maioria das pesquisas revela que os meninos vitimizam mais que as meninas, além de se utilizarem mais da agressão física e verbal. As meninas por seu termo, usariam mais a agressão indireta relacional, tal como espalhar rumores (fofocas) ou realizar exclusão social (FRANCISCO e LIBÓRIO, 2009).

[11] “O comportamento, os hábitos, a maneira de se vestir, a falta de habilidade em algum esporte, a deficiência física ou aparência fora do padrão de beleza imposto pelo o grupo, o sotaque, a gagueira, a raça podem ser motivos para a escolha de uma vítima” (CHALITA, 2008).

[12] As testemunhas representadas pela maioria dos alunos, convivem com a violência e se calam em razão do medo de se tornarem as próximas vítimas. O medo, a dúvida sobre como agir e a falta de iniciativa da escola são fatores que acabam provocando um clima de silêncio e de omissão das testemunhas (BOTELHO e SOUZA, 2007).

[13] Estes ainda não aprenderam o sentido ético das relações: “Não faça para o outro o que não deseja para você” (CHALITA, 2008).

[14] Segue o texto original, em espanhol, no qual nos baseamos: “El carácter continuo y repetido hace que las víctimas no puedan salir por sus propios medios de la situación de acoso, que tiene efectos muy negativos como ansiedad, baja autoestima, depresión, dificultades para la integración en el medio escolar.”

[15] O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído pela Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, e representa um avanço no direito das crianças e adolescentes ao explicitar e os princípios de proteção integral e da prioridade absoluta a eles – já previstos na Constituição Federal de 1988, que elevou a criança e o adolescente à preocupação central da sociedade – e orientar a criação de políticas públicas em todas as esferas de governo, mediante a criação de Conselhos paritários. O ECA resgata juridicamente a cidadania e a atenção universalizada a todas as crianças e adolescentes e respeita as normativas internacionais. Após o ECA crianças e adolescentes passaram a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, desafiando os governos a implementarem políticas públicas especialmente relacionadas a esse segmento.

[16] Cite-se, a título de exemplo, caso apreciado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, no qual foi exarada a seguinte ementa de julgamento: Os danos morais causados por divulgação, em comunidade virtual – Orkut – de mensagens depreciativas, denegrindo a imagem de professor – identificado por nome –, mediante linguagem chula e de baixo calão, e com ameaças de depredação a seu patrimônio, devem ser ressarcidos. Incumbe aos pais, por dever legal de vigilância, a responsabilidade pelos ilícitos cometidos por filhos incapazes sob sua guarda. (RONDÔNIA, TJRO, Acórdão COAD 126721, Ap. Civ. 100.007.2006.011349-2, Rel. Edénir Sebastião Albuquerque da Rosa, Public. em 19-9-2008)

[17] Em 1983 na Noruega, três adolescentes que sofriam *bullying* frequente de colegas cometeram suicídio, foi um dos primeiros casos com repercussão internacional. Nos Estados Unidos são descritos diversos fatos relacionados, em 1999 dois adolescentes foram responsáveis por um grande massacre no Instituto Columbine do Estado do Colorado, estes mataram 13 pessoas e feriram 21 e depois cometeram suicídio, existem relatos que estes alunos não eram bem quistos no ambiente escolar. Em 2007, um jovem provocou um novo massacre, assassinando 32 e ferindo outras 23, finalizando com suicídio, este sofria discriminação por ser de outro país. Ainda nos Estados Unidos, em 2009, dois garotos de 11 anos suicidaram por motivos relacionados ao *bullying*. No Brasil, em 2003, no estado de São Paulo um rapaz de 18 anos invadiu a escola onde estudou e feriu a tiros 6 estudantes, uma professora e o zelador, este jovem foi humilhado durante o período escolar com apelidos por ter sido obeso. Em 2004 na Bahia, um adolescente de 17 anos que era humilhado na escola pelos colegas, matou a tiros 2 pessoas, deixou 3 feridas e ainda tentou cometer suicídio, mas foi impedido. E em 2007 um aluno publicou ameaças em uma rede de relacionamento virtual, segundo as quais provocaria violência com armas de fogo em sua escola, caso a direção permanecesse omissa em relação ao *bullying* que vinha sofrendo.

[18] Neste sentido são os preceitos normativos contidos no artigo 205 da Constituição da República, bem como aqueles contidos nos artigos 4º, 5º e 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

[19] Conforme preceitua o parágrafo único, do artigo 927, do Código Civil: *“Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”*

[20] Nesse sentido, ZENARI destaca que: *“as causas excludentes de responsabilidade do prestador de serviços são as mesmas previstas na hipótese de fornecimento de bens, a saber, que tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou que a culpa é exclusiva do usuário ou de terceiro.”* (ZENARI, 1999, p. 174-175).

[21] SILVA, p. 557, 1990.

[22] SILVA, p. 557, 1990.

[23] Em igual sentido GOMES, sustenta que o pai *“não deixa de responder pelo filho menor, porque este, com o seu consentimento, esteja em lugar distante.”* (GOMES, 1999, p. 347).

[24] Outro não tem sido o entendimento de STOCO, segundo o qual: *“ao receber o estudante menor, confiado ao estabelecimento de ensino da rede oficial ou da rede particular para as atividades curriculares, de recreação, aprendizado e formação escolar, a entidade de ensino é investida no dever de guarda e preservação da integridade física do aluno, com a obrigação de empregar a mais diligente vigilância para prevenir e evitar qualquer ofensa ou dano aos seus pupilos, que possam resultar do convívio escolar.”* E conclui o autor: *“responderá no plano reparatório se, durante a permanência no interior da escola o aluno sofrer violência física por inconsiderada atitude do colega, do professor ou de terceiros, ou, ainda, de qualquer atitude comissiva ou omissiva da direção do estabelecimento, se lhe sobrevierem lesões que exijam reparação e emerge daí uma ação ou omissão”*. (2002, p.321)

[25] Sobre os preceitos normativos contidos no artigo 942 do Código Civil, preleciona SILVA que *“o direito brasileiro instituiu um ‘nexo causal plúrimo’. Em havendo mais de um agente causador do dano, não se perquire qual deles deve ser chamado como responsável direto ou principal. Beneficiando, mais uma vez, a vítima permiti-lhe eleger, dentre os co-responsáveis, aquele de maior resistência econômica, para suportar o encargo ressarcitório. A ele, no jogo dos princípios que disciplinam a teoria da responsabilidade solidária, é que caberá, usando ação regressiva (actio de in rem verso), agir contra os coobrigados, para de cada um haver, pro rata, a quota proporcional no volume da indenização. Ou, se for o caso, regredir especificamente contra o causador do dano.”* (1990, p. 91).

[26] Conforme lição de MONTEIRO DE BARROS a instituição de ensino responderá objetivamente pelos danos causados por seus alunos a terceiros durante o período que se encontrarem à disposição do estabelecimento de ensino, desde que verificados três requisitos: a) o dano deve ter sido causado durante o período em que o aluno estava sob a vigilância e a autoridade escolar; b) o aluno deve ser incapaz; c) que a prestação de serviço seja remunerada e a instituição de ensino exerça suas atividades com intuito de lucro, caso em que se lhe aplicará as disposições do Código de Defesa do Consumidor. (2005, p.31).

[27] GONÇALVES, 2003, p. 161

[28] BRASIL, STF, RE 76876/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Leito de Abreu, Dj. 16.11.1976.

[29] GONÇALVES, 2003, p.163.

[30] No referido caso, consta das alegações contidas na exordial e provas acostadas aos autos que o aluno agressor atribuía a autora a pecha de pertencer ao “grupo das excluídas”, por ser amigas de outras duas alunas em relação às quais o agressor se referia como “lésbicas”. Além do mais, o aluno agressor fazia críticas diárias à autora no sentido de que ela seria uma “tábua”, posto que não teria peito nem bunda, bem como espalhou entre os demais alunos que ela seria “prostituta”. Destaca-se que, conforme relatos contidos nos autos, as investidas do autor não se limitavam a pessoa da autora, atingindo diretamente outras alunas.

[31] Optou-se por suprimir o nome das partes envolvidas, especialmente considerando que o caso envolve menores e em razão da ausência de prejuízo para a compreensão do caso.

# **Direito e Empresa**